BIBLIOTECÁRIA, que expedirá os documentos escolares quando solicitados pelos alunos transferidos ou seus responsáveis legais.

§ 1º - Tratando-se de documentação de escola e/ou classes Estaduais Municipalizadas, quando necessário, a verificação de documentos e atos escolares, com base na Portaria Citem, de 25-9-2020, será feita pelo Diretor da Escola Estadual receptorária.

Artigo 2º - A escola estadual receptorária é responsável pela conferência de prontuário constante no acervo, bem como verificação, quando necessário, em sistema informatizado e documentos referenciais dos alunos transferidos.

Artigo 3º - As elaborações dos documentos escolares, quando solicitados pelos alunos transferidos ou seus responsáveis legais, deverão ter no cabeçalho os dados da escola estadual receptorária, e elaborados como base em informações constantes em seus respectivos prontuários e/ou, quando necessário, em sistema informatizado e documentos referenciais dos alunos transferidos, assim como possuir as assinaturas conforme já estabelecido para suas respectivas emissões.

Artigo 4º - Nos Históricos Escolares emitidos com base nos dados de vida escolar dos alunos, cujas escolas e/ou classes estaduais tenham sido transferidas para o Município, mais especificamente no campo "Observações", deverá constar: "Documento emitido com base na PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº ____ DE ____/____/____, a partir dos dados de vida escolar oriundos da Escola Estadual FULVIO ABRAMO, que teve o Ensino Fundamental de Anos Iniciais municipalizado por meio do Programa de Ação Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental".

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à data de 02/01/2025.

PORTARIA DO DIRIGENTE DE ENSINO Nº 054, DE 11 DE MARÇO DE 2025

DISPÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PRONTUÁRIOS E EMISSÃO DE HISTÓRICOS ESCOLARES DE ALUNOS DE ESCOLAS E/OU CLASSES MUNICIPALIZADAS.

O Dirigente Regional de Ensino, no âmbito da circunscrição da Diretoria de Ensino - Região Leste 3, com base nas competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, e em decorrência das unidades escolares estaduais que tiveram o ensino municipalizado por meio de parceria firmada entre Estado-Município, regido pelo Decreto nº 51.673, de 19 de março de 2007, acerca do Termo de Convênio do Programa de Ação Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental, no uso de suas competências resolve:

Artigo 1º - O acervo da vida escolar dos alunos, da EE INES BREGA CORDEIRO, cuja Escola e/ou classes Estaduais tenham sido EXTINTAS por serem transferidas para o município, ficarão sob a responsabilidade da Escola Estadual receptorária HUMBERTO DANTAS, que expedirá os documentos escolares quando solicitados pelos alunos transferidos ou seus responsáveis legais.

§ 1º - Tratando-se de documentação de escola e/ou classes Estaduais Municipalizadas, quando necessário, a verificação de documentos e atos escolares, com base na Portaria Citem, de 25-9-2020, será feita pelo Diretor da Escola Estadual receptorária.

Artigo 2º - A escola estadual receptorária é responsável pela conferência de prontuário constante no acervo, bem como verificação, quando necessário, em sistema informatizado e documentos referenciais dos alunos transferidos.

Artigo 3º - As elaborações dos documentos escolares, quando solicitados pelos alunos transferidos ou seus responsáveis legais, deverão ter no cabeçalho os dados da escola estadual receptorária, e elaborados como base em informações constantes em seus respectivos prontuários e/ou, quando necessário, em sistema informatizado e documentos referenciais dos alunos transferidos, assim como possuir as assinaturas conforme já estabelecido para suas respectivas emissões.

Artigo 4º - Nos Históricos Escolares emitidos com base nos dados de vida escolar dos alunos, cujas escolas e/ou classes estaduais tenham sido transferidas para o Município, mais especificamente no campo "Observações", deverá constar: "Documento emitido com base na PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº ____ DE ____/____/____, a partir dos dados de vida escolar oriundos da Escola Estadual INES BREGA CORDEIRO, que teve o Ensino Fundamental de Anos Iniciais municipalizado por meio do Programa de Ação Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental".

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à data de 02/01/2025.

PORTARIA DO DIRIGENTE DE ENSINO Nº 055, DE 11 DE MARÇO DE 2025

DISPÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PRONTUÁRIOS E EMISSÃO DE HISTÓRICOS ESCOLARES DE ALUNOS DE ESCOLAS E/OU CLASSES MUNICIPALIZADAS.

O Dirigente Regional de Ensino, no âmbito da circunscrição da Diretoria de Ensino - Região Leste 3, com base nas competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019, e em decorrência das unidades escolares estaduais que tiveram o ensino municipalizado por meio de parceria firmada entre Estado-Município, regido pelo Decreto nº 51.673, de 19 de março de 2007, acerca do Termo de Convênio do Programa de Ação Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental, no uso de suas competências resolve:

Artigo 1º - O acervo da vida escolar dos alunos, da EE INES BREGA CORDEIRO, cuja Escola e/ou classes Estaduais tenham sido EXTINTAS por serem transferidas para o município, ficarão sob a responsabilidade da Escola Estadual receptorária HUMBERTO DANTAS, que expedirá os documentos escolares quando solicitados pelos alunos transferidos ou seus responsáveis legais.

§ 1º - Tratando-se de documentação de escola e/ou classes Estaduais Municipalizadas, quando necessário, a verificação de documentos e atos escolares, com base na Portaria Citem, de 25-9-2020, será feita pelo Diretor da Escola Estadual receptorária.

Artigo 2º - A escola estadual receptorária é responsável pela conferência de prontuário constante no acervo, bem como verificação, quando necessário, em sistema informatizado e documentos referenciais dos alunos transferidos.

Artigo 3º - As elaborações dos documentos escolares, quando solicitados pelos alunos transferidos ou seus responsáveis legais, deverão ter no cabeçalho os dados da escola estadual receptorária, e elaborados como base em informações constantes em seus respectivos prontuários e/ou, quando necessário, em sistema informatizado e documentos referenciais dos alunos transferidos, assim como possuir as assinaturas conforme já estabelecido para suas respectivas emissões.

Artigo 4º - Nos Históricos Escolares emitidos com base nos dados de vida escolar dos alunos, cujas escolas e/ou classes estaduais tenham sido transferidas para o Município, mais especificamente no campo "Observações", deverá constar: "Documento emitido com base na PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº ____ DE ____/____/____, a partir dos dados de vida escolar oriundos da Escola Estadual INES BREGA CORDEIRO, que teve o Ensino Fundamental de Anos Iniciais municipalizado por meio do Programa de Ação Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental".

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à data de 02/01/2025.

PORTARIA DO DIRIGENTE DE ENSINO, DE 11 DE MARÇO DE 2025

O Dirigente Regional de Ensino, da Diretoria de Ensino - Região Leste 3, conforme o Decreto 64.187/2019, expede a presente Portaria de conclusão de estágio supervisionado dos licenciandos a seguir mencionados:

Artigo 1º - Ficam validadas, em conformidade com o Parecer CEE-109/2020, da Deliberação CEE-195/2021 e do Parecer CEE-69/2021, as horas de estágio supervisionado realizado de forma presencial junto a unidade escolar abaixo indicada, conforme Atestado de Conclusão das Horas de Estágio Supervisionado expedido pelo(a) Diretor(a) da Unidade Escolar.

NOEMI PEREIRA ALVES DA SILVA, R.G. 16.318.525-6- realizou Estágio Supervisionado na E.E Prof. Sumiê Iwata , totalizando 150 horas presencialmente, no período de 13/03/2024 a 27/06/2024 - No Componente Curricular do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Diretoria de Ensino - Região Leste 5

PORTARIA DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO DE 15/03/2025

O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região Leste 5, conforme as competências que lhe são conferidas pelo Decreto nº 64.187/2019 e de acordo com a exigência estabelecida no Edital de Credenciamento nº 01/2025, de escolas credenciadas e que ofereçam escolarização especializada aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo e que não puderem ser beneficiadas pela inclusão em classes comuns do ensino regular, designa os seguintes servidores para a gestão, co-gestão e fiscalização do contrato - Processo Administração SEI 015.00128932/2025-00 Gestor: Marilice Baccharin Verderamo - RG: 46.630.921-1 - Cargo: Assessor Ii - co-gestor: Roberto Fava Filho - RG: 12.260.009 - 6 - Cargo: Oficial Administrativo e Fiscal.

Diretoria de Ensino - Região Norte 1

PORTARIA DO DIRIGENTE - REGIÃO NORTE 1

Dispõe sobre Autorização de Funcionamento de curso médio técnico.

O Dirigente Regional de Ensino, conforme o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE nº 138/2016, Resolução SE 51/2017 e demais normas vigentes, à vista do Processo SEI 015.00771619/2024-18, expede a presente Portaria:

Artigo 1º - **Fica autorizado o funcionamento do curso de Curso Ensino Médio Integrado ao Técnico em Desenvolvimento de Sistemas - Eixo Tecnológico em Informação e Comunicação**, que habilita os estudantes ao término do curso à Desenvolvimento de Sistema, com **horária total de 3.030 horas com somatória de 1.230 horas da Formação Geral Básica e 1800 horas do Técnico. Além das 3030 horas considerar mais 1600 horas de Estágio**, junto ao estabelecimento de ensino Escola Germirane, CIE: 438315, com sede situada na **Av. Rua Irineu José Bordon, 335, CEP 05120-060, Parque Anhanguera**. São Paulo/SP, mantido por Instituto Germirane, CNPJ 10.619.284/0001-52, autorizado pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino publicada no D.O. em 30/01/2010, **pág. 32**.

Artigo 2º - Os responsáveis pelo Estabelecimento de Ensino ficam obrigados a manter adequados às normas que forem baixadas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da Lei 9394/1996, os seguintes documentos: Regimento Escolar, Plano de Curso e Plano Escolar.

Artigo 3º - A Diretoria Regional de Ensino, responsável pela supervisão do Estabelecimento de Ensino, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Republicado por conter incorreções quanto a carga horária na portaria publicada em 16/02/2022, **pág. 39**)

Diretoria de Ensino - Região sul 1

Portaria do Diretor de Escola de 07/03/2025

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO SUL 1

Portaria do Diretor de Escola de 07/03/2025

Portaria de Regularização de Vida Escolar

A Diretora da E.E Professor Francisco de Paula Conceição Júnior, jurisdicionada à Diretoria de Ensino da Região Sul 1, declara regularizada, à vista do Parecer Favorável do Supervisor de Ensino datado de 12/02/2025, homologado pelo Dirigente Regional de Ensino da Região Sul 1 - Processo 015.00493707/2023-84 - SEI e Processo relacionado 015.00361137/2024-45 - SEI, com fundamento na Lei Federal 9394/96, considerando os itens 4.1, 4.3, 5.2 e 6.1.2 da Indicação CEE 08/1986, nos termos da Deliberação CEE 18/1986 e na Resolução SE 307/1986, a vida escolar de Fabrício Paulino de Moura - RA 41727576-6, nascido em 17/07/1987, em Embu das Artes - SP, referente ao 7º Ano do Ensino Fundamental no ano letivo de 2022.

Portaria do Diretor de Escola de 07/03/2025

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO SUL 1

Portaria do Diretor de Escola de 07/03/2025

Portaria de Regularização de Vida Escolar

A Diretora da E.E Professor Francisco de Paula Conceição Júnior, jurisdicionada à Diretoria de Ensino da Região Sul 1, declara regularizada, à vista do Parecer Favorável do Supervisor de Ensino datado de 12/02/2025, homologado pelo Dirigente Regional de Ensino da Região Sul 1 - Processo 015.00837585/2024-23 - SEI, com fundamento na Lei Federal 9394/96, considerando os itens 4.1, 5.1 e 6.1.1 da Deliberação CEE 18/1986, nos termos da Deliberação CEE 18/1986 e na Resolução SE 307/1986, a vida escolar de Juan Riquelme Seles de Oliveira Santos - RA 111819693-4, RG: 59102859-1, nascido em 25/10/2006, em São Paulo - SP, referente ao 9º Ano do Ensino Fundamental no ano letivo de 2021.

Portaria do Diretor de Escola de 07/03/2025

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO SUL 1

Portaria do Diretor de Escola de 07/03/2025

Portaria de Regularização de Vida Escolar

A Diretora da E.E Professor Francisco de Paula Conceição Júnior, jurisdicionada à Diretoria de Ensino da Região Sul 1, declara regularizada, à vista do Parecer Favorável do Supervisor de Ensino datado de 12/02/2025, homologado pelo Dirigente Regional de Ensino da Região Sul 1 - Processo 015.00361138/2024-90 - SEI, com fundamento na Lei Federal 9394/96, considerando os itens 4.1, 4.3, 5.2 e 6.1.2 da Indicação CEE 08/1986, nos termos da Deliberação CEE 18/1986 e na Resolução SE 307/1986, a vida escolar de Lucas Santos da Silva Alves - RA 105983124-7, RG: 52176754-2, nascido em 29/08/2000, em São Paulo - SP, referente a 8ª Série do Ensino Fundamental no ano letivo de 2016.

Diretoria de Ensino - Região sul 3

Edital de Processo Seletivo

Processo Seletivo Simplificado Regional para contratação de Agente de Organização Escolar/2025

A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, - CE - CTD da Diretoria de Ensino - Região Sul 3, com fundamento no inciso II do artigo 2º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, visando a Autorização Governamental publicada no Diário Oficial 20/02/2025, torna pública a abertura do **Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos**, a ser realizado em **nível regional dessa Diretoria** em caráter excepcional, para contratação temporária de servidores para exercerem, em jornada completa de trabalho, a função de Agente de Organização Escolar, do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.

A Comissão Especial responsável pela coordenação e andamento do presente Processo Seletivo encontra-se constituída pela Portaria do Dirigente Regional de Ensino, publicada em DOE de 21/02/2024.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - A contratação ocorrerá pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, improrrogável, podendo o contratado ser dispensado antes do prazo final, nas hipóteses prevista no artigo 8º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009.

2 - Os servidores serão contratados nos termos do artigo 20 do Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e serão contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

3 - O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado será de 1 (um) ano, improrrogável, contado a partir da data da publicação da **Classificação Final**, no Diário Oficial do Estado.

4 - Do total de vagas do Processo Seletivo Simplificado a serem publicadas, ficarão reservadas 5% (cinco por cento), para candidatos portadores de deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 8 de novembro de 2002.

II - DOS PRÉ-REQUISITOS

1 - O candidato, sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas, **na data do exercício**, em atendimento à Lei nº 10.261, de 28/10/1968, e suas alterações:

a - ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal/88;

b - ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

c - estar quite com a Justiça Eleitoral;

d - não do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar;

e - ter concluído Ensino Médio;

f - não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

g - ter sido aprovado no processo seletivo;

h - ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;

i - conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas.

2 - A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será realizada ocasião do exercício.

3 - A não apresentação dos documentos ou não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado, impossibilitará o exercício do candidato.

III - DOS VENCIMENTOS E DA JORNADA DE TRABALHO

1. Os vencimentos da classe de Agente de Organização Escolar correspondem ao valor de **R\$ 1.640,00 (mil seiscentos e quarenta reais)**.

2. A jornada de trabalho, a que ficarão sujeitos os contratados, caracteriza-se pela prestação de 40 (quarenta) horas semanais.

3. O Processo Seletivo Regional não gera, para a Diretoria de Ensino Região - Sul 3, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados.

4. A participação do candidato prevê apenas, a expectativa de direito à preferência na contratação, de acordo com a classificação obtida e as vagas disponíveis.

5. Esta Diretoria de Ensino reserva-se ao direito de proceder às contratações dos candidatos, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço.

IV - DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DA FUNÇÃO

O candidato exercerá atribuições do Agente de Organização Escolar, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 2º e no artigo 3º da Resolução SE 52, de 9-8-2011, ou seja, desenvolver atividades no âmbito da organização escolar, relacionadas à execução de ações envolvendo a secretaria escolar, bem como o atendimento à comunidade escolar em geral, controlar a movimentação de alunos no recinto da escola, em suas imediações e na entrada e saída da unidade escolar, orientando-os quanto às normas de comportamento, informando à Direção da Escola sobre a conduta deles e comunicando ocorrências.

V - DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição será realizada, no período de **11 a 25/03/2025 no site da Diretoria de Ensino - Região Sul 3 (<http://desul3.educacao.sp.gov.br>)**, estando o candidato isento do pagamento de qualquer taxa.

2. A efetivação da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da Ficha de Inscrição, dentro do prazo estipulado.

3. Além dos dados pessoais, o candidato deverá fornecer, **obrigatoriamente**, e-mail pessoal (Gmail) a ser utilizado para recebimento de informações.

4. No ato da inscrição, o candidato declara que comprovou, na data de exercício da função, o preenchimento dos requisitos e condições para o exercício da função, previstos no inciso III, deste Edital.

5. As informações prestadas na Ficha de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

6. Ao realizar a inscrição, o candidato estará **obrigatoriamente** vinculado à Diretoria de Ensino da Região Sul 3, para fins de classificação e escolha de vaga.

7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nestas Instruções Especiais, às quais não poderá alegar desconhecimento.

8. Para acesso ao formulário de inscrição, o(a) interessado(a) deverá estar logado em conta de e-mail GMAIL.

VI - DA INSCRIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1. As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto Estadual nº 59.591/2013 e pela Lei Complementar Estadual nº 683/92, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 932/02, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal/88 e da Lei Federal nº 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a referida deficiência, seja compatível com as atribuições da função de Agente de Organização Escolar.

2. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto Estadual nº 59.591/13 e no artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 683/92, alterada pela Lei Complementar nº 932/02, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes, no prazo de validade do Processo Seletivo.

3. Para fins deste processo seletivo, consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591/2013.

4. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá cumulativamente ao preenchimento da ficha de inscrição fazer o upload do laudo médico original, expedido no prazo máximo de 2 anos antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência declarada, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.

4.1 No laudo médico, de que trata este item deverão constar:

a) assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

b) nome completo do candidato, número do documento de identidade (RG) e número do CPF.

c) deverá constar, também, no relatório médico que a deficiência do candidato é compatível com as atribuições da função-atividade de Agente de Organização Escolar.

4.2 O laudo médico pericial que ateste o Transtorno do Espectro Autista - TEA passa a ter prazo de validade indeterminado, conforme item nº 17.669, de 06 de abril de 2023, devendo conter as informações descritas nas alíneas "a", "b", e "c" do item 4.1 do Capítulo VI.

4.3 O laudo médico deverá estar legível, sob pena de não ser considerado.

4.4 O candidato que, dentro do prazo do período das inscrições, não atender aos dispositivos mencionados no item 4 deste Capítulo, não será considerado com deficiência.

VII - DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderão ser admitidos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

2. Para inscrição no processo seletivo, será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE).

2.1 Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto de Igualdade, para assumir o exercício da função, deverá o candidato apresentar o documento de identidade, de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.

3. O estrangeiro que:

3.1 Se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

3.2 Se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

3.3 Tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19 de setembro de 2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

VIII - DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

1. O candidato preto, pardo ou indígena deverá indicar, no momento da inscrição, se fará uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015, do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018 e das Instruções CPPNI nº 1, de 18/05/2019 e nº 2, de 10/08/2019.

2. Para realizar a inscrição, o candidato que se declarar preto, pardo ou indígena e que optar por utilizar o sistema de pontuação diferenciada, deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo V deste Edital, assim como observar e cumprir os procedimentos descritos neste Capítulo.

3. Os candidatos que fizerem jus ao sistema de pontuação diferenciada serão beneficiados mediante acréscimo na pontuação final, conforme fatores de equiparação especificados no Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

4. Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato - no ato de inscrição deste Processo Seletivo e CUMULATIVAMENTE - deverá:

4.1 - Declarar-se preto, pardo ou indígena (autodeclaração);

4.2 - Declarar, sob as penas da lei, que não foi eliminado de qualquer concurso público ou processo seletivo realizados no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência de falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

4.3 - Manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada;

4.3.1 - O candidato que optar pela utilização da pontuação diferenciada deverá, cumulativamente ao preenchimento da ficha de inscrição, preencher autodeclaração nos termos do item "4.4" deste Capítulo (Anexo III deste Edital)

4.4 - Cumulativamente ao preenchimento da ficha de inscrição, fazer o upload:

a) especificamente para o candidato que se declarou preto/pardo: documento de identidade oficial próprio, que contenha sua foto (ambos os lados, se for o caso), bem como documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada, a qual será utilizada somente no caso de subsistir dúvidas quanto à autodeclaração do candidato e exista necessidade de comprovação de ascendência, prevista no subitem "6.2.2" deste Capítulo;

b) especificamente para o candidato que se declarou indígena: Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI próprio ou Registro de identidade oficial próprio, que contenha sua foto bem como, o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI ou documentos de identidade oficial de um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada, a qual será utilizada somente no caso de subsistir dúvidas quanto à autodeclaração do candidato e exista necessidade de comprovação de ascendência.

4.5 - Os documentos elencados nas alíneas "a" e "b", do item "4.4", deste Capítulo, deverão ser

feito upload frente e verso, quando houver, na extensão: "PDF"

4.6 - Não serão considerados válidos documentos enviados por via postal, fac-símile, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação da(s) prova(s), mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital.

5. Os candidatos que optarem por utilizar o sistema de pontuação diferenciada participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, horário de início e local de aplicação das provas.

6. A veracidade da autodeclaração de que trata o item "4.1" deste Capítulo será objeto de verificação por parte da Comissão de Heteroidentificação, constituída pela Diretoria de Ensino;

6.1 Para aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos e pardos será verificada a fenotípica (aparência), que se dará por meio de procedimento de verificação do documento de identidade oficial com foto apresentado no ato da inscrição.

6.2 Os candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que optaram por participar deste certame pelo sistema de pontuação diferenciada, poderão ser convocados para procedimento de ratificação da autodeclaração preenchida, por meio de edital a ser publicado no site da Diretoria de Ensino da Região Sul 3 (<http://desul3.educacao.sp.gov.br/>), após o resultado da prova objetiva ou após o resultado da prova de títulos.

6.2.1 Os candidatos convocados para o procedimento de verificação, quando for o caso, deverão chegar ao local constante do referido edital de convocação, com antecedência mínima de 15 minutos do horário estabelecido para o seu início.

6.2.2 Somente será admitido para a realização do procedimento de verificação o candidato que estiver munido do original de um dos seguintes documentos oficiais, vigentes e com foto, de forma a permitir com clareza a sua identificação: Cédula de Identidade – RG ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE (quando for o caso), RANI – Registro Administrativo de Nascimento do Indígena, Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Passaporte. Não serão aceitos, para efeito de identificação, documentos diferentes dos aqui elencados;

6.2.3 Durante o processo de verificação o candidato deverá responder às perguntas (se for o caso) que forem feitas pela Comissão de Heteroidentificação;

6.2.4 O procedimento de verificação será filmado e/ou fotografado para fins de registro da avaliação e será de uso exclusivo da Comissão de Heteroidentificação;

6.2.5 Não haverá segunda chamada para a realização do procedimento de verificação da veracidade da autodeclaração.

6.2.6 Após realização do procedimento de verificação de que tratam os itens "6.2" deste Capítulo, caso ainda subsistam dúvidas para a Comissão de Heteroidentificação, quanto a autodeclaração do candidato, será então considerado o critério da ascendência;

6.2.7 Para comprovação da ascendência de que trata o item "6.2.6" deste Capítulo será exigido, do candidato, documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada;

7. O candidato deverá, no momento da inscrição, fazer upload do documento de que trata o item "6.2.7", nos termos do que dispõem os itens 4 até 4.5 deste Capítulo.

8. A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato indígena será feita por meio do Registro Administrativo de Nascimento do Indígena – RANI próprio ou Registro de identidade oficial próprio, que contenha sua foto conforme alínea "b", do subitem "4.4" deste Capítulo feito upload no momento da inscrição e o Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI de um de seus genitores.

9. As decisões relativas à aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos, pardos e indígenas constarão de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br). Nessa mesma oportunidade e mesmo edital serão divulgados/fixados o prazo e a forma para interposição de pedido de reconsideração relativo ao resultado de solicitação de participação como PPI;

9.1 - O candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências relativas ao processo de heteroidentificação será eliminado deste Processo Seletivo.

10 - Constatada a falsidade da autodeclaração, o candidato será eliminado deste certame, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

10.1 - Compete à Comissão de Heteroidentificação decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interpostos por candidatos contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11 - Em caso de o candidato já ter sido contratado, sujeitar-se-á à anulação do respectivo ato mediante procedimento de inativação, na forma dos artigos 58 e seguintes da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998.

12 - Conforme Decreto 63.979/2018 "A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI

Onde:

PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do processo seletivo, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados. Entende-se por "ampla concorrência" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

Entende-se por candidato inabilitado aquele que NÃO alcançou ou superou o desempenho mínimo do concurso público em referência, nos termos do artigo 6º deste decreto.

MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI, entre todos os candidatos que pontuaram e que foram habilitados antes da aplicação da pontuação diferenciada.

13 - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas de pretos, pardos e indígenas é a seguinte:

NFCPPI = (1+PD) * NSCPPI

Onde:

NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do processo seletivo. Ao término da fase de processo seletivo, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

14 - A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado de que trata este Capítulo.

15 - Os cálculos já efetuados referentes à pontuação diferenciada, relativos ao desempenho médio dos candidatos, não serão refeitos ou alterados em virtude de exclusão de candidatos por falsidade na autodeclaração.

16 - A pontuação diferenciada também não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior ou igual que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

17 - Ao candidato preto, pardo ou indígena, que seja pessoa com deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, de que trata este Capítulo, cumulativamente com as prerrogativas que lhe são asseguradas pela Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, que dispõe "sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para pessoas com deficiência e dá providências correlatas".

IX - PROVA

1. A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, é composta de 40 (quarenta) questões objetivas, de acordo com o Conteúdo Programático constante deste Edital.

2. A prova será aplicada na primeira quinzena do mês de abril/2025, em formato on-line, com duração e horário estabelecidos em Edital de Convocação para a Prova a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 5 dias de sua realização.

3. O link de acesso ao ambiente de prova on-line será liberado, conforme instruções do Edital de Convocação para Prova, no site da Diretoria de Ensino – Região Sul 3 (<https://desul3.educacao.sp.gov.br/>).

4. Não será admitido o ingresso do candidato, no ambiente de prova on-line, em horário divergente ao estabelecido no Edital de Convocação para Prova.

5. O preenchimento/envio da prova on-line mais de uma vez acarretará a desclassificação do candidato de todo o processo.

6. Na abertura do formulário da prova on-line serão solicitados dados pessoais dos candidatos. Dados preenchidos em divergência com o formulário de inscrição acarretará a desclassificação do candidato de todo o processo.

7. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato, tampouco aplicação da prova fora do ambiente on-line, na data e horário preestabelecidos.

8. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova, como

justificativa de sua ausência.

X - DA AVALIAÇÃO DA PROVA

1. A prova será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (**cem**) pontos, valendo 2,5 pontos cada questão.

2. Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 pontos.

3. O gabarito e o resultado da prova serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Diretoria de Ensino Sul 3.

XI - DOS TÍTULOS E SUA AVALIAÇÃO

1. Somente os candidatos habilitados na prova terão seus títulos avaliados. A análise e avaliação dos títulos serão executadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado da Diretoria de Ensino – Região Sul 3

2. Para fins de pontuação, o candidato poderá apresentar, **durante o período de inscrições**, o tempo de serviço na área administrativa, em unidade escolar da Rede Pública Estadual:

Título	Comprovante	Valor Unitário	Valor Máximo
Tempo de experiência na área administrativa, em unidade escolar da Rede Pública Estadual, timbrado emitido e assinado por diretor da última Unidade Escolar de Sede de Controle de Edital.	Declaração de Tempo de Serviço com data atualizada, em papel voltado para atividades relacionadas ao item IV deste Edital, constando o tempo de serviço na Rede Pública Estadual em ano.	1,00 (por ano completo)	10,00

3. O tempo de serviço será considerado até **31 de dezembro de 2024**;

4. A declaração falsa ou inexistente, bem como a apresentação de documentos falsos, determinará a anulação da inscrição e todos os atos dela decorrentes em qualquer época.

XII - DA CLASSIFICAÇÃO

A Classificação/pontuação Final será apurada com base nos pontos atribuídos à prova e ao título apresentado.

1. A nota final do candidato será igual à soma do total de pontos obtidos na prova e nos títulos.

2. Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

3. Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência

XIII - DO DESEMPATE

1. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato:

a) Maior nota nas questões da disciplina: Português;

b) Maior nota nas questões da disciplina: Matemática;

c) Maior nota nas questões da disciplina: Noções de Informática;

d) Maior nota nas questões da disciplina: Conhecimentos Específicos;

e) Maior tempo de experiência profissional na área Administrativa em unidade escolar da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo;

f) Encargos de família (maior número de filhos menores de 18 anos) – para critério de desempate (cópia e original de certidão de nascimento/RG dos dependentes).

g) Horário de nascimento

2. A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado publicará no Diário Oficial do Estado e divulgará no site da Diretoria de Ensino – Região de Sul 3:

2.1 A 1ª classificação (Lista Geral e Especial), dos candidatos aprovados, após a avaliação do Título (tempo de experiência na área administrativa em unidade escolar da rede Estadual);

2.2 A relação, pelo número de RG, dos candidatos não aprovados no Processo Seletivo;

2.3 A Classificação Final, em nível Diretoria de Ensino de Ensino, por ordem decrescente da nota final obtida, em duas listas, sendo uma Geral (todos os candidatos aprovados) e uma Especial (candidato Pessoa com deficiência).

XIV - DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do processo seletivo se dará a partir da publicação da Lista de Classificação Final, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2. O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado será de 01 ano, improrrogável, contado a partir da data da publicação da Classificação Final, no Diário Oficial do Estado.

XV - DOS RECURSOS

1. Será admitido recurso quanto:

1.1 às questões da prova e gabarito;

1.2 ao resultado da prova e da avaliação de títulos.

1.3 ao resultado quanto à decisão que venha a indeferir a solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas.

2. O prazo para interposição de recurso será de 03 dias úteis, contados a partir de data subsequente da publicação do resultado, do respectivo evento.

3. A interposição do recurso ocorrerá via [link](#) disponibilizado no site da Diretoria de Ensino Sul 3, e será o único meio válido e aceito para a interposição de recursos.

4. Admitir-se-á um único recurso por candidato, desde que devidamente fundamentado.

5. Compete à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado a decisão dos recursos impetrados, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

6. Não serão aceitos os recursos interpostos que tenham sido protocolados pessoalmente ou por qualquer outro meio, além das formas previstas neste Capítulo.

7. A decisão do recurso será dada a conhecer, conforme o caso, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e site da Diretoria de Ensino Região – Sul 3.

XVI - DA ESCOLHA DE VAGAS

1. Os candidatos classificados serão aproveitados em vagas existentes nas unidades escolares vinculadas a esta Diretoria de Ensino, ou em vagas que surgirem durante o prazo de validade do processo seletivo e serão convocados **nominalmente**, pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado – CE – CTD, através de publicação em Diário Oficial do Estado, para procederem a escolha de vagas, obedecida, rigorosamente, a ordem da classificação.

2. A relação de vagas, os dias, horário e local da realização da sessão de escolha de vagas serão publicados no Diário Oficial do Estado, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da escolha de vagas.

3. O número de vagas a ser oferecido aos candidatos da Lista Especial será correspondente ao cálculo de 5% de vagas existentes, por município.

3.1 A ordem de convocação dos candidatos com deficiência classificados no processo seletivo, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, se dará da seguinte forma: na 5ª (quinta) vaga, 30ª (trigésima) vaga, 50ª (quingüésima) vaga e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 (vinte) admissões, durante o prazo de validade do processo seletivo.

3.2 Os candidatos com deficiência aprovados terão respeitada sua ordem de classificação na lista geral, se esta for mais benéfica do que a prevista pelo regramento disposto no item “3”.

4. Na falta de candidatos com deficiência habilitados, as vagas a eles reservadas serão preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

5. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua aprovação no processo seletivo quando deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação, seja qual for o motivo alegado.

6. Excepcionalmente, a critério da Administração, restando vagas, após a manifestação quanto à escolha de vagas por parte de todos os candidatos classificados, poderá novamente ser convocado, o candidato aprovado que não comparecer à sessão de escolha de vaga e, também, aquele que, tendo escolhido vaga, não tenha assinado contrato para o exercício da função.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Estado, e site da Diretoria de Ensino as publicações de todos os Editais e Comunicados, os quais também serão divulgados no site da Diretoria de Ensino Região Sul 3.

2. O candidato a ser contratado, inclusive o candidato com deficiência, deverá submeter-se a avaliação médica (laudo para exercício) - expedido por órgãos / entidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) ou Médico do Trabalho, observada as condições previstas na legislação vigente.

3. O prazo máximo de contratação é de 12 (doze) meses, podendo, ainda, o contratado ser dispensado antes do prazo de contratação.

3.1 O contrato será extinto, após o fim do prazo de vigência ou antes de seu término, nos termos fixados pelo artigo 8º da Lei Complementar nº. 1093/ 2009.

4. Conforme estabelecido no artigo 6º da Lei Complementar Nº 1.093/2009, é vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa antes de decorridos 200 (duzentos) dias do término do contrato.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- LINGUA PORTUGUESA

- Interpretação de textos,
- Sinônimos e Antônimos,
- Sentido próprio e figurado das palavras,
- Ortografia Oficial,
- Acentuação Gráfica,
- Crase,
- Pontuação,
- Substantivo e Adjetivo: flexão de gênero, número e grau,
- Emprego de Verbos: regulares, irregulares e auxiliares,
- Concordância: nominal e verbal,
- Regência: nominal e verbal,
- Conjugação de verbos,
- Pronomes: uso e colocação - pronomes de tratamento.

2- MATEMÁTICA

- Operação com números inteiros, fracionários e decimais,
- Sistema de numeração decimal,
- Equações de 1º e 2º graus,
- Regra de três simples,
- Razão e proporção,
- Porcentagem,
- Juros simples,
- Noções de estatística,
- Medidas de comprimento, de superfície, de volume e capacidade e de massa,
- Raciocínio Lógico,

· Resolução de situações: problema.

3- CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- Conhecimentos sobre os princípios básicos de informática: sistema operacional, diretórios e arquivos,
- Conhecimentos de aplicativos: processadores de textos (Word), planilhas (Excel),
- Navegação Internet: pesquisa WEB, sites,
- Uso de correio eletrônico: caixa postal, mensagens (ler, apagar, escrever, anexar arquivos e extração de cópias).

4. DISCIPLINA: Conhecimentos Específicos

· Constituição do Estado de São Paulo - Título I - Dos Fundamentos do Estado - Artigos 1º, 2º, 3º e 4º - Título II - Da Organização e Poderes - Capítulo I Disposições Preliminares - Artigos 5º, 6º, 7º e 8º. Capítulo III - Do Poder Executivo - Seção I - Artigos 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46. - Seção II - Artigo 47 - Seção III - Artigo 48, 49, 50 - Seção IV - Artigos 51, 52 e 53. Título III - Da Organização do Estado - Capítulo I - Da Administração Pública - Seção I - Artigos 111, 112, 113, 114 e 115 - Caput e Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI, XXVII - Capítulo II - Dos Servidores Públicos do Estado Seção I - Dos Servidores Públicos Cíveis - Artigo 124 - Caput, Artigos 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137 - Título VII - Capítulo III - Seção I Da Educação - Artigos 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 e 258. Capítulo VII - Da Proteção Especial - Seção I - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Portadores de Deficiência - Artigos 277, 278, 279, 280, 281 - Título VIII - Disposições Constitucionais Gerais - Artigo 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291;

· Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado - Lei Nº 10.261, de 28-10-68;

· Lei Complementar nº 1144/2011 - Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.

· Ética e sociedade SÃO PAULO (Estado). Constituição Estadual. (Título III - Capítulo I e II; Título VIII).

· Postura e ética profissional CORTELLA, Mario Sérgio. Qual é a tua Obra? Inquietações Propositivas sobre Gestão, Liderança e Ética. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

· Ética na administração pública a) SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.428, de 8-5-14. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8-11-11.

· Procedimentos éticos a serem observados em ambientes públicos SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.428, de 8-5-14. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8-11-11.

· Desvios de conduta SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.261, de 28-10-68. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. (Artigos 239 e seguintes, com as alterações da Lei Complementar nº 942, de 6-6-03).

· Ética no Atendimento presencial e à distância SÃO PAULO (Estado). Gestão do Atendimento, In: PDG Educação: A Gestão da Secretaria de Escola. São Paulo: Secretaria da Educação/FUNDAEP, 2011.

ANEXO II – AUTODECLARAÇÃO PARA FAZER JUS AO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS DE QUE TRATA O CAPÍTULO VIII DESTA EDITAL

AUTODECLARAÇÃO Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, e do CPF nº _____, DECLARO – sob pena das sanções cabíveis – especificamente para fins de obtenção de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas de que trata o Decreto nº 63.979, de 19/12/2018, que “Institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos destinados a investidura em cargos e empregos no âmbito do serviço público paulista, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas”, unicamente no que se refere ao Processo Seletivo Simplificado para a função de Agente de Organização Escolar que: 1 – sou preto, pardo ou indígena; 2 – não fui eliminado(a) de qualquer concurso público ou processo seletivo realizados no âmbito do Estado de São Paulo, nem tive anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência de falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015; 3 – manifesto interesse em utilizar a pontuação diferenciada; Estou ciente de que se for detectada falsidade desta autodeclaração, estarei sujeito(a) às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Processo Seletivo, em qualquer fase, e de anulação de minha contratação, após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa. _____, de _____ de 20___. _____ assinatura do(a) candidato(a)

OBS.: É permitido ao candidato preto, pardo ou indígena manifestar que NÃO deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas neste Edital, não podendo interpor recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado (neste caso, não preencha a autodeclaração no ato da inscrição).

OBS.: Para fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada, preencher – no período destinado às inscrições deste Processo Seletivo, por sistema no upload, a autodeclaração, além de fazer upload dos demais documentos elencados no Edital de Abertura de Inscrições deste Processo Seletivo.

ANEXO III – RELAÇÃO DE VAGAS:

Diretoria Sul 3 – 196 (iniciais)

Diretoria de Ensino - Região de Guarulhos Sul

DESPACHO, DE 11 DE MARÇO DE 2025

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

Objeto: Credenciamento de instituições educacionais que ofereçam escolarização especializada aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA (CID-10/ F84.0, F84.1, F84.3, F84.4, F84.8, F84.9 e CID-11 - 6A02.3, 6A02.5, 6A02.Y, 6A02.Z), conforme Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM-5-TR, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, com serviço opcional de transporte escolar, conduzido por motorista e auxiliado por monitor, ida e volta da residência à escola.

Processo Administração SEI nº 01500136585/2025-93
O Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Região de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais e, considerando estarem presentes os pressupostos autorizativos da legislação que rege a matéria, ACOLHE a decisão da Comissão de Análise Técnica constante nos autos e certifica que a escola instituição de ensino Nova Prana Colégio Inclusivo Ltda.-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.245.144/0001-24, com sede à Rua Gualira, nº49- Jardim Barbosa, Guarulhos/SP. CEP:07111-320 e CAAPE – Centro de Avaliação e Apoio Pedagógico, Educação Infantil e Ensino Fundamental LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.873.940/0001-34, com sede à Rua Professora Anitta Guastini Eiras, nº195- Jardim Zaira, Guarulhos/SP, cumpriam todas as exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2025, estando devidamente habilitada para prestar serviços no âmbito do referido credenciamento.

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO OCUPAÇÃO DE ZELADORIA

PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO Nº 304 DE 10 DE MARÇO DE 2025 – OCUPAÇÃO DE ZELADORIA

A Sra. Dirigente Regional de Ensino – Região Guarulhos Sul, com fundamento no Decreto nº 47.685, de 28.02.2003, Resolução SE nº 30, de 20.03.2003 e Resolução SE nº 23, de 18.04.2013 expedie a presente Portaria:

Artigo 1º - Fica autorizada ao Sr. **EDER FELICIANO DE PAULA - RG: 41.827.583-X - Soldado da Polícia Militar**, para ocupar as dependências da Zeladoria da **EE CACILDA CAÇAPAVA DE OLIVEIRA - PROFESSORA** conforme termo de autorização de que integra o **Processo nº 015.00183057/2025-23** e observadas às disposições da Resolução SE nº 23 de 18.04.2013

Artigo 2º - As responsabilidades do ocupante da zeladoria estão estabelecidas em Termo de Compromisso devidamente assinado pelo compromitente, pelo Diretor da Escola e pelo Dirigente Regional de Ensino.

Artigo 3º - O Diretor da **EE CACILDA CAÇAPAVA DE OLIVEIRA - PROFESSORA** zelará pelo cumprimento das obrigações do ocupante da Zeladoria, adotando as medidas necessárias no caso de encaminhamento para desocupação.

Artigo 4º - A presente autorização tem validade por 2(dois) anos.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGINA FERNANDES
Dirigente Regional de Ensino

PORTARIA Nº 307, DE 11 DE MARÇO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Regional de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca os **professores relacionados abaixo e coordenadora do CIEBP da PEI Cidade Solimco II**, para Orientação Técnica – **“Formação de Tecnologia e Programação - Diretoria de Ensino em Região de Itaquaquecetuba”**, nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Resolução SE 62/2017 e artigo 10, parágrafo 2 da Resolução 53/2022, como segue:

Data: 11/03/2025

Horário: Das 8h até às 17h

Local: Diretoria de Ensino em Região de Itaquaquecetuba, R. Juníaid, 84 - Vila Monte Belo, Itaquaquecetuba - SP, 08577-320.

Relação de professores:

FERNANDA CRISTINA CORRÊA RIBEIRO RG: 30.683.706-7

GABRIELA BATISTA ROSÁRIO RG: 47.480.504-9

JERONIL CORREIA DE ASSUNÇÃO JUNIOR RG: 38.008.842-3

VICTOR FERREIRA ARRAS RG: 49.641.373-9

PORTARIA Nº 308, DE 11 DE MARÇO DE 2025

A Dirigente Regional de Ensino da D.E.R. de Guarulhos Sul, no uso de suas atribuições legais, convoca **01 professor de Tecnologia Inovação** que ministre aulas no EF Anos Finais, com perfil Multiplicador das – Escolas PEI do **(Programa de Ensino Integral de 9 horas)**, para Orientação Técnica - **“I Encontro de Professores de Tecnologia Inovação – Programação e Robótica EF Anos Finais”**, nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Resolução SE 62/2017, como segue:

Público-alvo: 01 Professor de Tecnologia Inovação – Programação e Robótica EF Anos Finais

Data: 19/03/2025

Horário: das 8h às 16h.

Local: Diretoria de Ensino – Região de Guarulhos Sul - Avenida Emílio Ribas, 940, Gopoúva - Guarulhos, São Paulo - CEP: 07020011 - (Entrada pelo portão lateral na Rua: Ananias José de Vasconcelos s/nº)